

Freire faz proposta para superar impasse

por Marcos Magalhães
de Brasília

Um projeto de lei preparado pelas lideranças partidárias na Câmara dos Deputados pode se transformar na solução para a crise entre o Executivo e o Judiciário. O texto obriga o governo a repassar aos dois outros Poderes os recursos por estes solicitados para o pagamento de pessoal, mas também fixa o dia 30 para a conversão dos salários dos funcionários dos três Poderes à Unidade Real de Valor (URV).

Nascido de uma sugestão do deputado Roberto Freire (PPS-PE), ex-líder do governo na Câmara, o projeto conquistou o consenso das lideranças durante reu-

nião realizada à tarde. Para que ele entre em vigor, terá de ser aprovado primeiramente na Câmara e depois no Senado, para então seguir à sanção presidencial.

O artigo primeiro do projeto determina que os recursos destinados ao pagamento dos vencimentos dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público terão de obedecer aos valores fixados nas respectivas solicitações, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade. Tenta-se, assim, evitar que o Poder Executivo se recuse a liberar as verbas necessárias ao pagamento dos salários dos dois outros Poderes.

O segundo artigo fixa no dia 30 de cada mês a data para a conversão dos "valores de vencimentos, salários e tabelas de funções de confiança e gratificadas dos membros e servidores dos Poderes da União". Como a regra vale para todos, o Judiciário teria de voltar atrás na decisão de converter os seus salários pelo dia 20. Mas tudo isso só passaria a valer a partir da aprovação e da sanção do projeto.

"Se o Supremo Tribunal Federal entende que os cálculos já feitos devem valer para o mês de março, isso deve ser encaminhado para a mesa de negociação", recomenda Roberto Freire, que disse ter obtido si-

nal verde do Ministério da Fazenda para a sua proposta. "O que importa é que estamos abrindo a possibilidade de se superar o impasse", afirma.

Segundo parlamentares próximos ao governo, só permanecem dúvidas a respeito da conversão dos salários de março. Caso o Judiciário mantenha a decisão de convertê-los no dia 20, adverte o deputado José Aníbal (PSDB-SP), estaria aberta a possibilidade de funcionários dos demais Poderes recorrerem à Justiça para buscar a mesma vantagem. Isso levaria a um inesperado aumento dos gastos com pessoal, que o governo pretende evitar.